

HABEAS CORPUS Nº 536.010 - SP (2019/0290261-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
EDUARDO FONTES DA SILVA - MG145118
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALAN ANTONIO LEOPOLDO DE OLIVEIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ALAN ANTONIO LEOPOLDO DE OLIVEIRA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado a 2 anos e 6 meses de reclusão, no regime inicialmente semiaberto, e teve negado o direito de recorrer em liberdade, pela prática do delito inscrito no art. 155, § 4º, inciso IV, por 3 vezes, do Código Penal (e-STJ fl. 42). Segundo a acusação, o paciente e corréu subtraíram diversos itens de 3 estabelecimentos comerciais (e-STJ fl. 35).

Interposta apelação, o Tribunal de origem negou provimento ao recurso em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 64):

APELAÇÃO CRIMINAL - Furto qualificado consumado - Autoria e materialidade delitiva perfeitamente demonstradas - Decisão condenatória que se impõe - Prova robusta a admitir a condenação do réu Penas e regime prisional fixados com critério Recurso desprovido.

Daí o presente *writ*, no qual alega a defesa, em linhas gerais, a possibilidade de fixação de regime inicialmente aberto aos reincidentes (e-STJ fl. 5).

Requer, liminarmente e no mérito, a fixação de regime inicial aberto (e-STJ fl. 10).

A liminar foi indeferida às e-STJ fls. 76/77.

O Ministério Público Federal, às e-STJ fls. 83/86, manifestou-se pela denegação da ordem.

É o relatório.

Acerca da controvérsia, assim consignou o Juízo de piso (e-STJ fl. 41):

Quanto ao regime de pena, considerando a reincidência, fixo o regime inicial fechado. Não é aplicável a súmula 269 do STJ, uma vez que as circunstâncias dos crimes não são inteiramente favoráveis (concurso de pessoas nos três primeiros fatos).

O Tribunal de origem, por sua vez, negou provimento ao apelo, no ponto, mediante os seguintes fundamentos (e-STJ fl. 73):

No que diz respeito ao regime prisional para início de cumprimento de pena, impossível o acolhimento da tese defensiva, devendo permanecer o semiaberto já fixado na r. sentença recorrida, vez que o apelante é reincidente, nos termos do artigo 33, § 3º, do Código Penal.

O entendimento das instâncias ordinárias não merece reparos.

Com efeito, dispõe a Súmula n. 269 desta Corte que *"é admissível a adoção do regime prisional semi-aberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos se favoráveis as circunstâncias judiciais"*, tal como ocorre na espécie.

A corroborar tal entendimento, os seguintes julgados:

PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 157, § 2º, I, DO CÓDIGO PENAL. DOSIMETRIA. TERCEIRA FASE. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA. SEMI-IMPUTABILIDADE (ART. 26, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CP). QUANTUM DE REDUÇÃO. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. RESPEITADO O LIMITE DA LEI. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. REGIME INICIAL FECHADO. PENA-BASE. MÍNIMO LEGAL. REPRIMENDA DEFINITIVA INFERIOR A 4 ANOS DE RECLUSÃO. REINCIDÊNCIA. DIREITO AO REGIME SEMIABERTO. ENUNCIADO SUMULAR N.º 269 DO STJ. ORDEM CONCEDIDA EM PARTE.

1. É permitido ao julgador mensurar com discricionariedade o quantum de redução da pena a ser aplicado, desde que seja observado o limite traçado na lei e o princípio do livre convencimento motivado. Na espécie, a instância de origem, sob fundamentação idônea, manteve a redução da pena em 1/2 (metade), ou seja, dentro dos limites legais, quanto à incidência do art. 26, parágrafo único, do Código Penal (semi-imputabilidade do paciente), o que não evidencia constrangimento ilegal.

2. Não é possível a imposição de regime fechado, com base na

reincidência do paciente, visto que condenado à pena igual ou inferior a quatro anos e favoráveis as circunstâncias judiciais. Súmula n.º 269 do Superior Tribunal de Justiça.

3. Ordem concedida em parte, ratificada a liminar, apenas para estabelecer o regime inicial semiaberto. (HC 399.243/SP, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 15/08/2017, DJe 28/08/2017, grifei.)

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. RÉU REINCIDENTE ESPECÍFICO. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 269 DO STJ. REGIME SEMIABERTO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Ao réu reincidente específico é possível a aplicação da Súmula n. 269 do STJ, diante da quantidade de pena estabelecida (no caso, 2 anos de reclusão), se favoráveis todas as circunstâncias judiciais. Precedentes.

2. Agravo regimental não provido. (AgRg no HC 354.544/SP, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 14/06/2016, DJe 27/06/2016, grifei.)

Ante o exposto, **denego a ordem.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator